



Contributo do BCSD Portugal para o
Plano de Ação para a Economia Circular
(PAEC) 2023-2027

Lisboa, 24 de novembro de 2023



BCSD Portugal

Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Av. Columbano Bordalo Pinheiro 108, 2ºB
1070-067 Lisboa
Portugal

Tlf. +351 217 819 001
Email: info@bcdsportugal.org
www.bcdsportugal.org

Membro da Rede Global



Conteúdo

1. Breve enquadramento.....	3
2. Apreciação geral	3
3. Comentários e recomendações.....	5
3.1 Recomendações transversais	5
3.2 Economia circular em Portugal	6
3.3 Plano de Ação	7
3.1.1. Princípios Orientadores, Visão e Objetivos gerais	7
3.1.2. Ações Macro	7
3.1.3. Ações Meso	13
3.1.4. Ações Micro.....	15
3.4 Financiamento	16
3.5 Monitorização	16
4. Contactos	18

1. Breve enquadramento

No âmbito do processo de consulta pública do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC) 2023-2027, o BCS D Portugal promoveu junto dos seus associados um processo de recolha de contributos sobre o documento disponibilizado.

Este parecer resulta, assim, da compilação de contributos de empresas associadas do BCS D Portugal no âmbito da presente consulta: inclui uma apreciação geral do PAEC 2023-2027 e uma análise segundo as respetivas ações.

2. Apreciação geral

O BCS D Portugal congratula a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e a Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE) pela elaboração do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC 2023-2027), e coloca-se à inteira disposição para qualquer esclarecimento ou necessidade de colaboração.

É, igualmente, de destacar o trabalho realizado na conceção das ações delineadas no PAEC 2023-2027, em particular nos seguintes aspetos:

- A visão veiculada no PAEC 2023-2027 sobre o ciclo de vida e *design* circular, bem como na criação de ferramentas tecnológicas para monitorizar o desempenho e a eficiência dos recursos, que desempenha um papel de grande importância.
- No âmbito das ações **macro** identificadas, destacam-se a promoção e/ou reforço de incentivos fiscais às empresas que investem em I&D no âmbito da economia circular, a criação de guias práticos em matérias de compras ecológicas, o incentivo à ampliação do mercado de produtos com rotulagem ecológica, a promoção de critérios de circularidade no contexto das Compras Públicas Ecológicas, bem como a avaliação da inclusão de critérios de circularidade no contexto das licenças ambientais. Considera-se que a implementação de políticas e regulamentações eficazes é de crucial importância para incentivar práticas empresariais sustentáveis. Por outro lado, destaca-se a qualificação de recursos humanos na área da economia circular e o desenvolvimento de manuais de boas práticas neste domínio. Estes instrumentos são de grande relevância para promover a educação e sensibilização da população sobre a importância da economia circular.

- A inclusão de ações **meso** específicas a vários setores prioritários e a aposta na criação de parcerias entre diversas entidades, permitem estabelecer sistemas eficazes de reutilização e reciclagem, promovendo, assim, a circularidade. Por outro lado, a inclusão de medidas de apoio a pequenas e médias empresas (PMEs) para a promoção da circularidade reveste-se de particular importância, uma vez que estas empresas apresentam maiores constrangimentos, do ponto de vista de recursos financeiros, à adoção de práticas sustentáveis.

Além dos aspetos positivos referidos, considera-se que há também espaço para melhorias. Desta forma, são apresentadas as seguintes **recomendações gerais**:

- Considera-se fundamental incluir, no PAEC 2023-2027, não apenas as políticas e instrumentos nacionais, mas também a contribuição do país para a **economia circular global**.
- Recomenda-se que, além da apresentação do panorama nacional em relação ao Metabolismo Socioeconómico Português & Consumo de Materiais, seja realizada uma análise a nível regional, integrando os resultados decorrentes dos Estudos de Metabolismo Regional realizados no âmbito das Agendas Regionais das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR's).
- Sugere-se a inclusão de ações **macro** relacionadas com o Ciclo de Vida, como a possibilidade de desenvolvimento de uma **etiqueta de Custo de Ciclo de Vida** para transmitir informações dos produtos aos consumidores. Destaca-se também a importância da implementação da **ferramenta eCIRCULAR** da ADENE – Agência para a Energia, como uma oportunidade valiosa para avaliar o desempenho em economia circular das empresas. Relativamente à **reparação**, considera-se importante que seja associado algum **mecanismo de garantia** e, em relação à **plataforma** aceleradora da circularidade para apoio a empresas, sugere-se que esta seja **agregadora** de todas as **plataformas** existentes que atuam como aceleradoras de circularidade. Adicionalmente, considera-se relevante a promoção da adoção de **indicadores de economia circular nas organizações** e a **auscultação e envolvimento do setor empresarial** na identificação dos incentivos financeiros ou fiscais

potencialmente desfavoráveis aos princípios da economia circular e na implementação do sistema de classificação de boas práticas de gestão em economia circular aplicável às empresas.

- Na perspetiva das ações **meso**, realça-se a importância de promover, junto das empresas, uma **alimentação sustentável** nas vertentes de produção, transporte, consumo e descarte. Esta abordagem poderá ser implementada ao se disponibilizar **menus com opções sustentáveis** e ao **sensibilizar as equipas de catering** para a importância da economia circular. Por outro lado, reforça-se a importância de sensibilizar **a sociedade** para a existência de **locais de recolha e informações** relacionadas com os **Resíduos de Equipamento Elétricos e Eletrónicos (REEE) e plásticos** e a relevância da atribuição de **incentivos** aos consumidores com base na sua prática de reciclagem de plástico. No caso dos REEE, será de considerar a recolha seletiva de equipamentos com potencial de **reparação**. Ainda nas ações meso, é sugerida a inclusão dos **setores têxtil, industrial** e de **energia** como setores prioritários.
- No âmbito das ações **micro**, sugere-se o desenvolvimento de projetos de **sensibilização** para a economia circular sobre a **gestão adequada dos resíduos** e para a redução e reutilização dos produtos sempre que possível (ainda antes de serem considerados resíduos).
- Considera-se essencial disseminar informações de forma eficaz sobre as **fontes de financiamento** e simplificar procedimentos para superar as barreiras associadas à implementação de práticas sustentáveis. Neste contexto, propõe-se o reforço da **divulgação** do **Portal ECO.NOMIA**, que reúne oportunidades de financiamento em matéria de economia circular.
- Ao nível da **monitorização**, considera-se importante estabelecer no Plano **metas mensuráveis** e melhorar as **estatísticas nacionais** de economia circular, reforçando as já existentes e desenvolvendo novas abordagens de recolha de dados.

3. Comentários e recomendações

3.1 Recomendações transversais

- Recomenda-se a inclusão do PERNU2030 (Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos) como um dos instrumentos de política pública no quadro de referência no âmbito dos Resíduos, bem como enumerá-lo nos enquadramentos das ações D7.3 e CV2.3.
- Dada a crescente globalização, é crucial considerar não apenas as políticas e instrumentos nacionais, mas também a forma como o país pode contribuir para a economia circular a nível global. Desta forma, recomenda-se considerar a implementação de instrumentos, como acordos e colaborações internacionais, a fim de potenciar sinergias.
- Da igual forma, é crucial assegurar a equidade e justiça social. Neste sentido, devem ser considerados os impactos sociais decorrentes da implementação do Plano, garantindo, em particular, que as comunidades mais vulneráveis não sejam desproporcionalmente afetadas e, idealmente, que beneficiem das iniciativas de economia circular.

3.2 Economia circular em Portugal

Metabolismo Socioeconómico Português & Consumo de Materiais em Portugal

Recomenda-se, além do contexto nacional, analisar o metabolismo socioeconómico e consumo de materiais a nível regional, integrando no presente Plano os resultados decorrentes dos Estudos de Metabolismo Regional realizados no âmbito das Agendas Regionais das Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDR's).

Barreiras e Forças Motrizes da Economia Circular em Portugal

Sugere-se o alargamento da área de impacto AI1 (Ambiente) às temáticas relacionadas à água, energia e ao capital natural:

- “AI1: Ambiente: “Água, energia, emissões e impactos na natureza derivados dos processos do ciclo de vida dos produtos e serviços”

Adicionalmente, propõe-se que a área de impacto AI3 (Economia) seja mais ambiciosa, incorporando a palavra “regenerativa”:

- “Contribuição da economia circular para o progresso de uma economia sustentável e regenerativa”.

3.3 Plano de Ação

3.3.1 Princípios Orientadores, Visão e Objetivos gerais

Aconselha-se renomear o objetivo geral OG5 de “Comunicação e sensibilização” para “Comunicação e Educação”, uma vez que se acredita ser objetivo do Plano uma efetiva consciencialização e mudança comportamental, as quais são mais eficazmente alcançadas ao priorizar a educação, seja ela formal, não-formal ou informal.

3.3.2 Ações Macro

D1. Instrumentos de Política para a Circularidade

Considera-se relevante avaliar a percentagem da economia não circular em Portugal no que diz respeito à produção nacional.

D1.1. Avaliar incentivos fiscais para produtos circulares

Adicionalmente, salienta-se a importância dos incentivos à circularidade serem aplicados a soluções disruptivas, que vão além de melhorias ambientais e sociais incrementais. Por exemplo, no contexto da construção, é relevante apoiar soluções e técnicas de construção como a utilização de madeira certificada, que possui a capacidade de armazenar carbono a longo prazo, além dos incentivos à incorporação de resíduos de construção e demolição, que requerem, neste processo, a utilização de muitos metros cúbicos de cimento.

D1.2. Estudar a criação de mecanismos de incentivo à utilização de serviços de reparação e reutilização

Considera-se ser de salientar a relevância de um incentivo fiscal que constitua um efetivo estímulo à alteração de comportamentos.

Relativamente à reparação, considera-se importante a existência de um mecanismo de garantia, de modo a comprometer os reparadores com a longevidade do produto.

Relativamente à reutilização de bens em 2ª mão, deve-se procurar incentivar, ao máximo, a utilização dos bens, de modo a evitar que seja apenas um incentivo ao consumo.

Sugere-se renomear esta ação, invertendo a ordem das palavras “reparação” e “reutilização”, de forma a refletir a sequência do maior para o menor nível de circularidade:

- “Estudar a criação de mecanismos de incentivo à utilização de serviços de reutilização e reparação”.

D1.3. Incentivar a utilização de materiais reciclados em alternativa à extração de matérias-primas

Considera-se que, além da integração de materiais reciclados, deveria ser alargado o âmbito para incluir a integração de resíduos e subprodutos, dado constituírem linhas de trabalho ainda mais a montante do que a integração de materiais reciclados.

D1.4. Promover e/ou reforçar incentivos fiscais às empresas que invistam em I&D no âmbito da economia circular

No contexto do instrumento SIFIDE (Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial), propõe-se que os incentivos favoreçam projetos que potenciem a economia circular de múltiplas formas. Tomando como exemplo a atividade de gestão de sistemas de abastecimento de água e saneamento, consideram-se como projetos exemplares aqueles que promovam, simultaneamente, a valorização de subprodutos, a digitalização dos serviços e a reutilização da água, por oposição a projetos que se centralizem apenas num dos referidos aspetos.

D1.5. Identificar e tendencialmente eliminar ou adaptar incentivos financeiros ou fiscais potencialmente desfavoráveis aos princípios da economia circular

Propõe-se que a auscultação não se restrinja apenas às áreas governativas pertinentes, mas que, sempre que possível, englobe um leque mais alargado da

sociedade, em particular representantes dos diversos setores de atividade e da sociedade envolvidos nestes temas.

D1.6 Promover critérios de circularidade no contexto das Compras Públicas Ecológicas

Sugere-se que, após a elaboração desta ferramenta, seja realizada uma divulgação alargada, incluindo a disponibilização desta documentação e, se possível, a formação extensiva sobre estas temáticas.

D2. Financiamento para uma Transição para a Economia Circular

D2.1. Criar uma linha de financiamento público para PME

No âmbito desta linha de financiamento, além das iniciativas mencionadas, também deve ser considerado o financiamento de projetos que promovam a circularidade interna dos processos, principalmente no que diz respeito à gestão hídrica, à gestão de resíduos gerados e à eficiência energética. Destaca-se, ainda, a importância de apoiar empresas municipais de gestão de água, no âmbito de projetos de reutilização dos recursos hídricos.

D3. Educação, Formação e Sensibilização para uma Economia Circular

Sugere-se a ponderação da subdivisão da ação D3 em duas subdimensões distintas:

- D3-1. Sensibilização e Educação
- D3-2. Formação e Capacitação

Tal sugestão fundamenta-se na distinção entre a primeira subdimensão, mais orientada para a linguagem não técnica com objetivo informativo, e a segunda subdimensão, de natureza técnica e específica, com objetivo formativo. Nesse contexto, propõe-se que o nome da dimensão de ação seja mais conciso e reflita ambas as valências, propondo-se a denominação "D3. Educação e Formação para uma Economia Circular".

D4. Tecnologia, Investigação e Inovação ao serviço da Circularidade

D4.1. Desenvolvimento de uma plataforma de monitorização e reporte do PAEC

No âmbito do *dashboard* a ser criado, sugere-se que venha a incluir aspetos relacionados com a gestão dos serviços urbanos, nomeadamente, em relação à reutilização de água, reciclagem e valorização de resíduos.

Adicionalmente, seria importante incluir um indicador que relacionasse a geração de riqueza com a adoção de práticas de circularidade em produtos e serviços.

Poderá ser interessante alargar o âmbito da plataforma, não se limitando apenas ao acompanhamento e monitorização do PAEC, permitindo o reporte dos indicadores de circularidade identificados pelas associações, empresas e demais organizações.

D4.2. Reforçar as áreas de investigação, desenvolvimento e inovação (I&D&I) tecnológica para a aceleração da economia circular

Recomenda-se a implementação de projetos de I&D que promovam simultaneamente a transição energética e a economia circular.

D4.3. Promover uma plataforma que funcione como um acelerador de circularidade para apoio a empresas

Considera-se que a adição de mais uma plataforma pode ser redundante, dada a variedade já existente, e corre o risco de se tornar rapidamente obsoleta se não for atualizada regularmente. Por isso, sugere-se a criação de um Portal que agregue todas as plataformas existentes que atuam como aceleradoras de circularidade.

D5. Circularidade nas Organizações

Sugere-se a adição de uma ação para a dimensão 5 que reflita a importância da adoção de indicadores de economia circular nas organizações. A título de exemplo:

- “Estimular o reporte de indicadores de práticas de circularidade”

D5.2. Implementar um sistema de classificação de boas práticas de gestão em economia circular aplicável às empresas

A ferramenta eCIRCULAR da ADENE proporciona uma valiosa oportunidade para avaliar o desempenho em termos de circularidade de empresas e outras entidades. Ao permitir a realização de auditorias e a emissão de certificados, a eCIRCULAR

representa um passo significativo na promoção de práticas sustentáveis para as organizações. O *feedback* recebido dos associados do BCSD Portugal que recorreram a esta ferramenta enfatiza a importância da certificação como uma prática mais comum, bem como a capacidade de demonstrar, por meio de evidências, a implementação de boas práticas.

Dado que a ADENE assumiu a responsabilidade pela execução da ação "D5.2 - Implementar um sistema de classificação de boas práticas de gestão em economia circular aplicável às empresas", torna-se pertinente realçar a relevância da integração da ferramenta eCIRCULAR nesta ação.

Por outro lado, considera-se importante envolver o setor empresarial, por exemplo, através de grupos de trabalho e/ou de momentos de consulta pública.

D6. Parceria para uma Economia Circular

D6.2. Uniformização da informação partilhada em relatórios de sustentabilidade

Sugere-se renomear esta ação, substituindo a palavra "relatórios" por "relatos", para incluir todo o género de reportes de sustentabilidade, nomeadamente relatórios integrados:

- "Uniformização da informação partilhada em relatos de sustentabilidade".

D6.5. Divulgar plataformas *online* de mercados digitais de resíduos, subprodutos e de fim de estatuto de resíduos

Sugere-se que, além da divulgação das várias plataformas, seja conveniente realizar uma identificação e análise das mesmas (abrangendo âmbito, tipologia, utilizadores, funcionalidades, rastreabilidade), evitando a dispersão de resultados, agregando-as num motor de busca único para facilitar a pesquisa e utilização.

D7. Ciclo de Vida

No âmbito do ciclo de vida, coloca-se à consideração o desenvolvimento uma etiqueta de Custo de Ciclo de Vida do produto, semelhante à etiqueta energética, que forneça informações adicionais aos consumidores no momento da aquisição. Os dados abrangidos pela etiqueta podem incluir:

- i. Custos de aquisição, englobando todos os gastos relacionados com a compra, tais como o preço de aquisição, entrega, instalação e seguro.
- ii. Custos de utilização, considerando o consumo de recursos, como energia, combustível, água, etc.
- iii. Custos de manutenção, incluindo manutenção preventiva, garantias e serviços pós-garantia.
- iv. Custos de fim de vida, incluindo desativação, recolha, reciclagem e eliminação.
- v. Custos das externalidades, os quais recomenda-se que sejam facultados, sempre que quantificáveis. Estes custos estão associados aos impactos ambientais na sociedade, relativos às emissões de poluentes, tais como gases de efeito de estufa, emissões de ruído, resíduos, etc.

Neste contexto, recomenda-se sensibilizar a sociedade sobre a importância desta temática e informar sobre os canais disponíveis para obter informações a respeito do Custo de Ciclo de Vida dos equipamentos. Esta ação pode ser considerada no âmbito do D3 - Educação, Formação e Sensibilização para uma Economia Circular, se for mais adequado.

D7.1. Fomentar projetos que promovam a eficiência hídrica e energética

Sugere-se alargar o âmbito da ação a todos os projetos nesta área, não se limitando apenas ao setor urbano (residencial e de serviços) e ao setor agrícola.

D7.7. Promover a adoção de metodologias de avaliação de impactos ambientais e desempenho de circularidade de produtos

Ponderar tornar vinculativa a aplicação destas metodologias em casos mais impactantes ao nível do investimento público e da circularidade.

D7.10. Promover a certificação EMAS nas indústrias de manufatura

Considera-se relevante a existência de exemplos práticos, com indicadores de circularidade e resultados, que facilitem a divulgação de abordagens já comprovadamente bem-sucedidas.

3.1.1. Ações Meso

CV1. Agroalimentar

Considera-se importante promover a implementação de práticas de alimentação sustentável nas vertentes de produção, transporte, consumo e gestão de resíduos. Assim, recomenda-se incentivar as empresas a adotarem opções de alimentação sustentável nos menus disponibilizados aos seus colaboradores.

Por outro lado, sugere-se sensibilizar as equipas de serviço de *catering* e refeitório acerca da temática da elaboração de ementas, com vista à criação de uma opção sustentável no menu, incluindo não apenas os produtos alimentares, mas também as quantidades envolvidas. Para efetivar este processo, poderá ser necessário a intervenção de uma equipa multidisciplinar. Esta ação pode, também, ser considerada no âmbito da dimensão “D3 - Educação, Formação e Sensibilização para uma Economia Circular”, se for mais adequado.

CV2. Construção

Recomenda-se o desenvolvimento de ações que promovam a adoção de técnicas construtivas que possibilitem a desmontagem de edifícios, assim como o aproveitamento dos subprodutos resultantes do tratamento de águas e águas residuais (exemplo: lamas e gradados) como materiais de construção, no âmbito do contexto e das aplicações pertinentes, desde que sejam devidamente acompanhados por estudos de aplicabilidade e toxicidade adequados ao propósito a que se destinam.

CV4. Equipamentos Elétricos e Eletrónicos

No âmbito dos Equipamento Elétricos e Eletrónicos, considera-se pertinente incluir uma ação que promova o desenvolvimento de campanhas de sensibilização destinadas a informar a sociedade sobre a disponibilidade de pontos de recolha a nível nacional e os canais de obtenção de informações adicionais relacionados com esta temática. Esta ação também pode ser considerada no âmbito da dimensão “D3 - Educação, Formação e Sensibilização para uma Economia Circular”, se for mais adequado.

CV4.1 Reforçar a recolha e reciclagem de REEE

Sugere-se incluir, nas entidades envolvidas, os municípios (no caso dos SGRUs intermunicipais) que também realizam a recolha dos REEE.

Adicionalmente, propõe-se promover a recolha de equipamentos com potencial de reutilização (mediante inspeção visual e avaliação empírica), direcionando-os para redes de reparação, separadamente da recolha de equipamentos sem potencial. Destaca-se que esta medida poderá ser extensível a outros fluxos.

CV5. Plásticos

No âmbito dos Plásticos, sugere-se incentivar a expansão de sistemas de recolha de plásticos em médias e grandes superfícies comerciais, com o objetivo de ampliar a rede de pontos de recolha a nível nacional.

Salienta-se a importância da atribuição de incentivos aos consumidores, como descontos em compras futuras, com base na quantidade de plástico reciclado.

Aconselha-se a inclusão de ações que promovam a I&D e produção de alternativas ao plástico, com especial destaque para materiais alternativos que tenham, por base, bioeconomia azul.

Incluir setor prioritário - Têxtil

Dado que a presente proposta tem por objetivo a introdução de ações meso específicas, é pertinente sublinhar a importância de incluir o setor têxtil como prioritário.

O setor têxtil não foi inicialmente incluído pelo PAEC 2023-2027, conforme indicado no documento, devido a considerações específicas, nomeadamente a sua associação a iniciativas relacionadas com o Plano Nacional de Gestão de Resíduos e o Plano de Ação para a Bioeconomia Sustentável.

Contudo, à luz das contribuições dos associados do BCSD Portugal, tornou-se evidente que existe um interesse substancial em incorporar o setor têxtil no âmbito do PAEC 2023-2027.

De acordo com a Diretiva (UE) 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, são estabelecidas metas para a preparação e reciclagem de resíduos têxteis até 31 de

dezembro de 2024, estando em conformidade com a Estratégia da UE para a Sustentabilidade e Circularidade dos Têxteis, a qual reconhece tais resíduos como uma das principais cadeias de valor com impacto substancial nos modelos sustentáveis e circulares.

Neste contexto, é recomendável considerar a inclusão deste setor prioritário e ações correspondentes. Exemplos destas ações englobam:

- a) Implementação de circuitos de recolha envolvendo entidades de diversos setores;
- b) Estímulo ao desenvolvimento de inovações nos processos de reciclagem;
- c) Divulgação dos pontos de recolha disponíveis em todo o país, bem como a disponibilização de canais de informação e sensibilização da sociedade sobre esta temática. Esta ação pode ser considerada no âmbito da dimensão “D3 - Educação, Formação e Sensibilização para uma Economia Circular”, se for mais adequado.

Incluir setor prioritário - Indústria

Recomenda-se que a indústria seja devidamente reconhecida e incluída nas ações do PAEC 2023-2027, tendo em conta o seu papel crucial na promoção da economia circular, contribuindo para a concretização das abordagens e a referência a entidades relevantes deste setor.

Incluir setor prioritário – Energia

Propõe-se, igualmente, a inclusão do setor prioritário Energia, com o objetivo de desenvolver ações que promovam a utilização de resíduos na produção de biocombustíveis líquidos e gasosos.

3.1.2. Ações Micro

M1. Cidades Circulares

No âmbito das ações Micro para cidades circulares, recomenda-se incluir o desenvolvimento de projetos de economia circular que envolvam a população, através da sensibilização para a importância do encaminhamento adequado dos resíduos e posterior transformação.

M1.2 Avaliação dos resultados das quatro redes de cidades circulares

Recomenda-se a inclusão de entidades gestoras de água, saneamento e resíduos como entidades envolvidas.

M1.3 Desenvolvimento e melhorias de planos locais de ação para a EC

Recomenda-se a inclusão de entidades gestoras de água, saneamento, resíduos e também das indústrias locais como entidades envolvidas.

M1.5 Desenvolver recomendações para a implementação de sistemas de incentivo para recolha seletiva de resíduos pelos municípios

Recomenda-se a inclusão de entidades gestoras de resíduos como entidades envolvidas.

3.4 Financiamento

No Plano, identificam-se diversas fontes de financiamento, contudo, é essencial destacar a importância da disseminação atempada, simples e eficaz da informação a este respeito a todas as partes interessadas. De igual forma, os procedimentos associados ao acesso ao financiamento poderão ser simplificados para acelerar a sua efetivação, já que a falta de sistemas de apoio e informações acessíveis às empresas representa uma barreira significativa para a implementação de práticas sustentáveis.

Por outro lado, propõe-se um reforço na divulgação do Portal ECO.NOMIA, que é a plataforma nacional onde se encontram elencadas as oportunidades de financiamento disponíveis.

3.5 Monitorização

Considera-se importante que o Plano estabeleça objetivos claros e mensuráveis para a transição para uma economia circular. Nesse contexto, podem ser consideradas

metas relacionadas com os cinco objetivos gerais associados à avaliação do impacto do Plano (evitar sobre-exploração de recursos não renováveis, preservando o capital natural; reduzir a geração de resíduos; prevenir a poluição e regenerar ecossistemas; criar oportunidade e benefícios socioeconómicos; comunicação e sensibilização). Na definição dos indicadores, considera-se relevante o alinhamento, na medida do possível, com as metas definidas no último PAEC 2017-2020 e os indicadores de monitorização de economia circular a ser adotados pela União Europeia.

Considera-se que a eficácia do presente Plano de Ação depende, em grande medida, de uma implementação devidamente monitorizada e do comprometimento contínuo de todas as partes envolvidas. Neste sentido, é importante que o conjunto de indicadores selecionados para medir o progresso seja representativo de toda a cadeia de valor. Sugere-se, portanto, que a melhoria do quadro estatístico nacional na área da economia circular ocorra em duas vertentes fundamentais:

- (i) reforço e enriquecimento das estatísticas atualmente disponíveis;
- (ii) desenvolvimento de novas abordagens de recolha e de apresentação de informação primária.

A implementação de estratégias locais de circularidade, como as relativas à economia da partilha, partilha de infraestruturas ou simbioses industriais, representam uma vantagem com benefícios associados. Sugere-se, portanto, que a apresentação de dados regionalizados e de atividades económicas mais circunscritas constituiria uma base relevante para a identificação sumária de oportunidades locais de economia circular.

4. Contactos

Maria João Coelho, *Head of Sustainability Knowledge* do BCS D Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável

Email: maria.coelho@bcdsportugal.org

Telefone: 217 819 001

O *Business Council for Sustainable Development* (BCSD) Portugal é uma associação sem fins lucrativos que agrega e representa mais de 170 empresas de referência em Portugal, que se comprometem ativamente com a transição para a sustentabilidade.

A nossa missão central é ajudar as empresas associadas na sua jornada para a sustentabilidade, promovendo o impacto positivo para *stakeholders*, a sociedade e o ambiente.

Temos uma ampla representação setorial e empresas de diferentes dimensões, desde as que integram o índice bolsista PSI a outras de menor dimensão.

O volume de vendas dos nossos associados representa cerca de 10% do PIB nacional.

Para saber mais: www.bcdsportugal.org